

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

PATRÍCIA ANDRADE VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA APRENDIZAGEM
DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

MANAUS-AM

2021

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

PATRÍCIA ANDRADE VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA APRENDIZAGEM
DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia como requisito para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos

**MANAUS-AM
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

V331i Vasconcelos, Patrícia Andrade
Os impactos da violência doméstica na aprendizagem das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental no contexto da pandemia da COVID-19 / Patrícia Andrade Vasconcelos. Manaus : [s.n], 2021.
46 f.: il.; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.
Inclui bibliografia
Orientador: Campos, Raimundo Sidnei dos Santos

1. Violência Doméstica. 2. Criança. 3. Ensino Aprendizagem. 4. COVID-19. I. Campos, Raimundo Sidnei dos Santos (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Os impactos da violência doméstica na aprendizagem das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental no contexto da pandemia da COVID-19

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

PATRÍCIA ANDRADE VASCONCELOS

**OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA APRENDIZAGEM DAS
CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 29 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Raimundo Sidnei dos Santos Campos
Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos (Orientador)
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Nataliana de Souza Paiva
Profª. MSc. Nataliana de Souza Paiva (Examinadora Interna)
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Cristiane das Chagas Botelho
Profª. Esp. Cristiane das Chagas Botelho (Examinadora Externa)
Universidade Nilton Lins

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente aos meus filhos Nicolas e Nicole, que foram minha força para continuar esse processo arduo de conclusão de curso.

Aos meus pais, Eraldo e Francisca, que sempre lutaram para que pudesse realizar este sonho.

À minha família que é meu alicerce e que esteve sempre ao meu lado dando força, apoiando minhas decisões.

Ao meu companheiro, Elisvaldo Silva Mendes, por ser um pai esplêndido para nossos filhos.

As minhas irmãs, Erika e Vanessa, agradeço a Deus por tê-las perto de mim, que apesar de sermos tão diferentes, não deixamos de estar juntas. Amo vocês.

Às minhas tias, em especial Corina, Silvia e Solene, que sempre estiveram do meu lado, vocês foram muito importantes nessa caminhada, pela força e apoio que me deram.

A grande amiga que conquistei nestes anos em que juntas passamos cada semestre ajudando, chorando, lutando e conquistando, Adrielle Costa. Obrigada pelo apoio e por sempre acreditar que eu seria capaz de concluir o curso, quando até eu já não acreditava.

Ao meu orientador Prof. Dr. Raimundo Sidnei dos Santos Campos que esteve ao meu lado nesta construção importante para minha formação. Obrigada por ceder o seu tempo precioso contribuindo para conclusão desta pesquisa, sinto-me honrada por ser sua orientanda.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Nicolas e Nicole Vasconcelos pelo que representam.

A não violência e a covardia não combinam. Posso imaginar um homem armado até os dentes que no fundo é um covarde. A posse de armas insinua um elemento de medo, se não mesmo de covardia. Mas a verdadeira não violência é uma impossibilidade sem a posse de um destemor inflexível.

Mahatma Gandhi

RESUMO

A infância é considerada uma etapa da vida significativa no processo de desenvolvimento do ser humano. Assim, nesse processo, a família, tem um forte poder de influenciar os indivíduos. Não só confere normas, padrões, como também interfere significativamente na construção do caráter infantil. A violência doméstica rompe com isso, trazendo assim várias consequências graves no que se refere ao desenvolvimento da criança. Percebe-se então que a família não pode ser unicamente considerada o centro e o núcleo de proteção de crianças e adolescentes, podendo ser a origem de diversas formas de agressões. Assim, este estudo teve por objetivo compreender como a violência doméstica interfere na aprendizagem das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental no contexto da pandemia da COVID-19. A metodologia aplicada é de caráter bibliográfico, utilizando como fontes de pesquisa artigos publicados na íntegra a partir dos anos 2000, que contivessem as palavras-chave pertinentes ao tema proposto: violência, violência infantil, familiar ou doméstica, abuso, negligência, maus-tratos, criança e/ou aprendizagem infantil, pandemia e COVID-19. Os resultados obtidos diante desta pesquisa mostram que historicamente a violência contra crianças não é recente e se perpetua até na atualidade, ela manifesta-se através de diversos tipos de agressões de acordo com os contextos vividos e chamam a atenção ao papel da escola e dos professores na constatação e encaminhamentos do problema, considerando as inúmeras consequências às vítimas deixando profundas marcas e interferências na aprendizagem escolar, especificamente nestes tempos de pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Criança. Ensino Aprendizagem. COVID-19.

ABSTRACT

Childhood is considered a significant stage of life in the process of human development. Thus, in this process, the family has a strong power to influence individuals. It not only provides norms, standards, but also significantly interferes in the construction of children's character. Domestic violence breaks with this, thus bringing several serious consequences with regard to the child's developmentalism. It can be seen then that the family cannot be solely considered, it is the center and nucleus of protection for children and adolescents, and can be the origin of various forms of aggression. Thus, this study aimed to understand how domestic violence interferes with the learning of children in the early years of elementary school in the context of the COVID-19 pandemic. The methodology applied is bibliographical in nature, using as research sources articles published in full from the 2000s onwards, containing the keywords relevant to the proposed theme: violence, child, family or domestic violence, abuse, negligence, maltreatment, child and/or child learning, pandemic and COVID-19. The results obtained from this research show that historically violence against children is not recent and is perpetuated until today, it manifests itself through different types of aggression according to the lived contexts and draws attention to the role of the school and teachers in the observation and referrals of the problem, considering the countless consequences for the victims, leaving deep marks and interference in school learning, specifically in these times of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Domestic Violence. Kid. Teaching Learning. COVID-19.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I:REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 QUAIS SÃO AS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO LAR?	14
1.1.1 Violência Física	14
1.1.2 Violência Psicológica	16
1.1.3 Violência Sexual	17
1.1.4 Violência Negligenciada	18
1.2 CONCEITUALIZANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS	19
1.3 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	25
1.4 O QUE OS PROFESSORES PODEM FAZER?	28
CAPÍTULO II:METODOLOGIA	32
CAPÍTULO III:APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

A negligência, o abuso físico, sexual e emocional e as práticas nocivas, como o casamento infantil e as uniões precoces, são formas de violar a integridade e os direitos de crianças e adolescentes. Há décadas que se constata que nenhum país está imune à violência contra as crianças, que as diferentes formas de violência podem ocorrer no lar, nas escolas, nas instituições de acolhimento ou justiça, na comunidade ou no ambiente digital.

Essa violência afeta as crianças de formas diferentes e pode ocorrer em contextos onde fatores de risco adicionais dão origem a outras formas de violência. Isso afeta o nível físico, psicológico e integridade social de crianças e limita suas possibilidades de desenvolvimento no fator aprendizagem.

Durante a crise da doença do coronavírus, fatores como limitações da atividade econômica, fechamento de escolas, acesso reduzido a serviços de saúde e distanciamento físico aumentam a probabilidade de crianças se tornarem vulneráveis e expostos à violência e outras violações de seus direitos, afetando, dessa maneira, seu processo de aprendizagem escolar. No Brasil, fatores como as desigualdades pré-existentes em termos de condições socioeconômicas, moradia e acesso à saúde fazem com que muitas famílias tenham maior risco de contrair o vírus e sofrer com o impacto da crise.

No contexto da pandemia COVID-19, muitas crianças passam a maior parte do tempo em casa com seus pais e/ou responsáveis, e no ambiente digital eles são capazes de interagir com pessoas em outros ambientes, como escola e comunidade. No entanto, é no lar e na família que a violência é mais frequentemente perpetrada contra crianças e mulheres adultas.

Embora o impacto da violência possa variar quando perpetrada contra adultos, ambos os grupos sofrem consequências semelhantes, como efeitos na saúde mental e na saúde sexual e reprodutiva, e também compartilham fatores de risco, como normas sociais que toleram ambos os tipos de violência e impedem de buscar ajuda. Isso é importante notar, porque a violência testemunhada por crianças tem impactos físicos e psicológicos semelhantes aos vivenciados por vítimas de violência direta.

Este trabalho parte da seguinte questão: *Como a violência doméstica interfere na aprendizagem das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental no contexto*

da pandemia da COVID-19? Em face de tal indagação, apresenta como finalidade examinar como a violência doméstica interfere na aprendizagem das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, no contexto da pandemia da COVID-19. De modo específico busca: 1) identificar os tipos de violência que as crianças são vítimas no ambiente familiar abordados pela literatura que trata do tema; 2) Compreender como as violências são construídas e podem interferir no processo de aprendizagem das crianças na escola; 3) Discutir como o professor pode trabalhar na identificação dessas violências no contexto escolar.

O presente trabalho se justifica pelo índice de violência contra a criança vem crescendo a cada ano, pesquisas mostram que o Brasil fica entre os primeiros do ranking de agressão contra as crianças, tornam-se um dos países mais perigosos para os jovens, na comparação de países da América latina. É visível que essa violência não se limita ao contexto familiar, interferindo no processo de ensino da criança. Muitos alunos são agressivos, tanto com os colegas como com os professores. Trazendo um grande empecilho para afetividade com os outros ou se isolam, não aceitando participar da interação com o coletivo.

Sendo assim, este estudo é relevante na medida que se propõe a pesquisar a realidade de várias crianças que sofrem de maus tratos no seio familiar e também fora de casa. Mesmo tendo como empecilho que muito se oculta os casos de violência, essa é a realidade, porém, esse estudo é fazer que a comunidade escolar possa ter um olhar mais atento para esse assunto.

Esta investigação trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica e Documental, com enfoque Qualitativo. Primeiramente foi realizado um levantamento dos principais trabalhos sobre a temática abordada, presentes na Plataforma SciELO e Google Acadêmico. Em seguida, fez-se a leitura especificamente do Resumo e dos Resultados obtidos em cada trabalho identificado, o que oportunizou uma interpretação sistemática das informações. Esse movimento fortaleceu a compreensão minuciosa da pesquisadora responsável, principalmente por considerar as questões pedagógicas de nossa época, mergulhadas nos impasses educativos promovidos pela COVID-19.

As informações coletadas mostram que nas relações familiares já tensas, a situação se agrava, pois muitas vezes vivem em condições restritas, o que no caso do toque de recolher ou isolamento doméstico por meio de regras de quarentena leva a um agravamento do relacionamento interpessoal, o que acaba afetando

diretamente a aprendizagem das crianças, as quais têm necessidade de se movimentar e precisam de algo para fazer. Os pais são obrigados a cuidar e manter seus filhos ocupados em casa. Uma vez que os pais muitas vezes são incapazes de lidar com esse fardo, isso leva a tensões e violações de regras, o que coloca um fardo adicional sobre os tutores legais. Essa demanda excessiva pode levar à perda de controle, o que, por sua vez, incentiva atos de violência. As crianças e os jovens, em particular, estão expostos a este comportamento violento, que pode representar um duplo fardo para eles.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

A violência contra crianças e adolescentes não é aleatória. É deliberadamente perpetrado por uma terceira pessoa e, portanto, deve e pode ser evitado. Crianças e adolescentes podem estar expostos a condições domésticas que aumentam a possibilidade de violência perpetrada contra eles por seus pais, cuidadores, pares, irmãos ou parentes e pessoas próximas com quem convivem ou convivem regularmente. Esses fatores devem ser identificados e tratados em tempo hábil para prevenir o surgimento de situações de violência.

No entanto, a violência contra crianças e adolescentes no domicílio não se limita àquela perpetrada por membros da família ou pessoas próximas a eles. O aumento do uso de ferramentas digitais como resultado das medidas de isolamento social adotadas na maioria dos países no contexto da pandemia amplia o espectro de perpetradores potenciais fora da família para incluir pessoas com quem eles podem interagir no digital ambiente, como pares ou estranhos (GOKHALE, 1980). A violência:

[...] deve ser compreendida antes de tudo, como uma ação momentânea. Uma série de atos praticados de modo progressivo com o intuito de forçar o outro a abandonar o seu espaço constituindo e a preservação da sua identidade como sujeita das relações econômicas, políticas éticas, religiosas e eróticas [...]. No ato de violência, há um suporte desta identidade, para eliminar no outro os movimentos do desejo, da autonomia e da liberdade (FELIPE, 1996, p. 36).

Um ambiente familiar saudável consiste num espaço social onde a criança é inserida, sendo fundamental para o seu desenvolvimento biopsicossocial. A família, nesse cenário, fornece subsídios para a formação da personalidade da criança. Os estudos abaixo comentados apontam que a família, como espaço social formado por determinantes socioeconômicos, políticos e culturais, tem seus membros reconhecidos como agentes sociais. Além disso, ela é o primeiro núcleo no qual a criança aprende a desenvolver suas relações interpessoais de afeto, a formar seus conceitos e valores e a construir padrões de referência.

A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas também o centro da vida social [...]. A educação bem

sucedida da criança na família é que vai servir de apoio a sua criatividade, ao seu comportamento produtivo quando for adulto [...]. A família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. (GOKHALE, 1980, p. 33).

Entretanto, se houver um desequilíbrio no núcleo familiar, esse grupo de referência poderá comprometer o processo de aprendizagem da criança, considerada como uma instituição sagrada, torna-se uma ameaça no contexto do seu desenvolvimento. Sabe-se que famílias despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus próprios conflitos engendram no desequilíbrio familiar, tendendo a se tornar violentas.

Falar sobre violência doméstica nos leva a uma compreensão ampla porque é um tema complexo, pois trata-se de atos violentos que acontecem dentro dos lares, onde a taxa de homicídio é menor, mas o prejuízo individual, familiar e social é catastrófico. A violência está presente na vida do indivíduo desde os seus primórdios, nas mais diversas instituições, no lar e nos grupos fora dele, ela se manifesta nas mais variadas formas e vem sendo um dos problemas que afeta a teoria social da humanidade, sendo impossível conhecer alguma sociedade em que a violência não estivesse presente.

Como veremos, a violência doméstica ocorre em um contexto de proximidade emocional e dependência social e diz respeito a pessoas que estão intimamente ligadas geográfica e economicamente. Essa violência dentro da família não é comparável àquela encontrada no espaço público. A proximidade e os laços emocionais com o agressor, a dependência financeira e emocional, o tabu da violência no seio da família e muitos outros aspectos são obstáculos que impedem as vítimas de falar sobre os seus problemas e procurar ajuda.

1.1. QUAIS SÃO AS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO LAR?

1.1.1. Violência Física

A violência física inclui espancar, queimar, chutar, socar, morder, mutilar ou matar, ou o uso de objetos ou armas. Ela se configura como um ato que tenta causar ou resultar em dor e/ou lesão física. Como acontece com todas as formas de

violência, o objetivo principal do agressor não é apenas - ou nem sempre é - causar dor física, mas também limitar a autodeterminação do outro (GUERRA, 2001).

De acordo com Silva, Coelho e Caponi (2007, p. 07), a violência física envia uma mensagem clara do perpetrador para a vítima: “Posso fazer coisas que você não quer que aconteçam”. Tal violência demonstra diferenças de poder social, ou pode ter a intenção de promover demandas particulares, às vezes regularmente, por meio de coerção. A violência física em relacionamentos íntimos, muitas vezes referida como violência doméstica, continua a ser um fenômeno generalizado em todos os países.

Como mencionado acima, testemunhar o abuso de um dos pais por outro causa sérios danos psicológicos nas crianças. Frequentemente, crianças que estão presentes durante um ato de abuso conjugal também serão feridas, às vezes por acidente e às vezes porque tentam intervir. Para Garbin et al. (2010), os rapazes às vezes cometem crimes contra o pai agressor (principalmente os pais), a fim de proteger sua mãe e irmãos, e as crianças regularmente se tornam vítimas de um ato de vingança do agressor contra a mãe. Na verdade, para muitas mães, a principal motivação para permanecer em um relacionamento abusivo é que o agressor ameaça ferir ou matar os filhos se ela tentar ir embora.

Alberton (2005, p. 111) afirma que “quando a criança sai da linha é agredida fisicamente, com maior ou menor intensidade dependendo da falta cometida e das circunstâncias sem que o castigo é aplicado”. Estes pais justificam seus atos dizendo que batem para educar e acham uma palmada bem-dada na hora certa e no lugar certo. Guerra (2001, p. 47) destaca o ponto de vista do agressor:

[...] a punição corporal treina a criança a aceitar e tolerar a violência na medida em que tais atos feitos pelos adultos destinam-se a ensinar obediências e submissão. Os sentimentos associados com tal punição de angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, o ódio, hostilidades estão dentro dos 23 relacionamentos domésticos dos adultos que foram espancados quando crianças.

Algumas famílias tentam resolver os seus conflitos usando o modelo autoritário, tendo como justificativa a correção e disciplina das crianças ou adolescentes com base na educação que recebera de seus pais e continua se perpetuando mesmo com estudos que mostrem sua ineficácia.

1.1.2. Violência Psicológica

Ao contrário da violência física, a violência psicológica é escondida em atos e palavras que inicialmente parecem bastante inofensivos, mas que irão gerar um desconforto crescente com a sua repetição. Ela pode estar presente em diversos contextos como casal, trabalho e escola. Ter um cônjuge/chefe muito ciumento, sarcástico, negativo, que não confia em você, que não o escuta, o critica/é intimidado e provocado pelos colegas. Esses exemplos testemunham a extensão dos lugares onde a violência psicológica pode ser generalizada e as muitas faces que as vítimas podem ter (SAFFIOTI, 2000).

A violência psicológica afeta particularmente as crianças em seu relacionamento com seus pais. Nesse caso específico, entendemos toda a ambiguidade que envolverá sua identificação, pois a educação parental irá 'legitimar' de certa forma práticas como ameaças ou chantagens (VILLAS BOAS, 2013). Ser vítima desse tipo de violência terá um impacto diferente, podendo ser desde ansiedade, depressão, estresse pós-traumático ou até mesmo tentativa de suicídio. Ser assediado está longe de ser trivial e requer intervenção, quebrando a dominação.

Por mais que a violência psicológica não deixe marcas visíveis aos olhos, causa um grande sofrimento mental para a vítima. A violência psicológica pode manifestar-se isoladamente, mas está presente em todos os outros tipos de violência. A violência psicológica é uma forma difícil de ser identificada, pois incide no ato de rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper, depreciar, discriminar, desrespeitar e criar expectativas irreais ou imaginárias.

A violência psíquica está via de regra presente nas relações mãe-filho, seja através da chantagem emocional, da coerção psicológica, da imposição da vontade adulta contra os desejos da criança. Numa certa medida esta imposição é necessária, a fim de se ensinar às crianças os padrões de conduta positivamente sancionados pela sociedade. Trata-se do processo de socialização, através do qual a criança aprende as normas sociais, aprende a se comportar como um adulto (SAFFIOTI, 2000, p. 56).

Esse tipo de violência tem por característica geralmente as mães que predominam como sendo as agressoras depois vêm os pais. Azevedo (2005) diz que a violência psicológica apesar de ser pouco evidenciada pela sociedade é a que

mais fragiliza as crianças e adolescentes, impossibilitando-os de superar as dificuldades impostas pela vida, a qual faz parte do desenvolvimento pessoal para uma boa qualidade de vida individual e social. Foi constatado que a violência dentro do contexto familiar independe dos padrões socioeconômicos, desconstruindo a concepção de que a violência está presente apenas em áreas pobres.

A vida familiar caótica e violenta pode constituir uma forma de violência psicológica e ter consequências de longo prazo para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças que se encontram nos anos iniciais do Ensino Fundamental (VILLAS BOAS, 2013). O fato de deixar gradativamente o ninho familiar e viver vivências de qualidade na escola, ingressar no ensino fundamental e desenvolver sua autonomia na adolescência lhe dá a possibilidade de mudar sua visão das emoções consideradas 'normais'.

Reputa-se necessário levar em consideração constantemente as possibilidades de fomentar a construção de relações sociais estáveis e de adotar sistemas de atendimento que sirvam como parceiros para o bem-estar e a resiliência. Quando o sujeito acaba com a violência na vida pessoal e familiar, a vida como um todo é posteriormente melhorada. A violência psicológica é uma forma de abuso evitável e pode gerar ganhos consideráveis, dada a sua prevalência.

1.1.3. Violência Sexual

Conforme Villas Boas (2013), violência sexual é um termo que abrange todas as formas de violência, física ou psicológica, que se manifestam de forma sexual: agressão sexual, exploração sexual, ciberviolência sexual, sedução de crianças, prostituição juvenil ou cafetão. Seja qual for a forma que assuma, a violência sexual tem consequências graves, tanto para as vítimas e suas famílias como para a sociedade. A violência sexual pode afetar todas as famílias, crianças e adolescentes, de todas as classes sociais e culturas.

As vítimas muitas vezes enfrentam sentimento de culpa, por isso é importante enfatizar que a responsabilidade é do agressor. A chamada provocação da violência sexual permanece um mito. Enquanto a pessoa não der seu consentimento formalmente, isso continua sendo uma forma de violência sexual. Ninguém 'merece' ou pede violência sexual.

A vítima de violência sexual vive uma experiência traumática com graves consequências. Podem ser hematomas, fraturas, doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada (ALBERTON, 2005). Além disso, podem ocorrer consequências negativas. A vítima sempre pode reviver este evento doloroso e podem surgir perturbações. Além disso, o fato pode impactar na sexualidade da mesma.

A violência sexual pode ocorrer com ou sem contato físico, com ou sem o uso da violência física, causando danos em qualquer das situações.

Este tipo de relacionamento pode começar com carícias, como parece ser o mais frequente, mas pode também ter início com a exibição de fotos pornográficas à menor com a finalidade de familiarizá-la com as práticas libidinosas que com ela se deseja desenvolver. Atualmente, há formas mais sofisticadas de exposição através de métodos visuais. O videoteipe oferece uma série de vantagens em relação à fotografia, já que o movimento é importante, não apenas para ensinar, como para revelar as sensações de prazer (SAFFIOTI, 2000, p. 61).

Alguns abusos cometidos que não contem contatos físicos, por muitos podem ter o pensamento que esse tipo de violência causa menos danos que aqueles que envolvem contatos, mas é importante ressaltar, seja qual a forma com que foi praticado, o abuso sexual nunca deixa de causar algum tipo de dano emocional, pois demora a ser ou nunca esquecido.

Tanto homens quanto mulheres podem ser perpetradores de uma forma ou de outra de violência sexual. Frequentemente, os perpetradores são conhecidos da vítima. Pode ser um membro da casa ou família ou uma pessoa do ambiente imediato. Despir, tocar, acariciar as partes íntimas, forçar conversas ou telefonemas obscenos, levar a criança a participar ou assistir práticas sexuais de qualquer, convidá-la a assistir vídeos pornográficos, são alguns exemplos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

1.1.4. Violência Negligenciada

A negligência encontra-se em todas as classes sociais, culturais e econômicas como outros tipos de violência. Segundo Azevedo e Guerra (2003, p. 28), “a negligência se configura quando os pais (ou responsáveis) falham em termos

de atendimento às necessidades dos filhos em relação à alimentação, vestuário, saúde, educação etc., e quando tal falta não é resultado das condições de vida além do seu controle”.

[...] A negligência significa a omissão de cuidados básicos como privação de medicamentos; a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde; a ausência de proteção contra inclemências do meio como frio e calor, o não provimento de estímulos e condições para a frequência à escola (BRASIL, 2012).

A negligência aos cuidados básicos da criança e adolescente pode ser em relação aos aspectos médicos, educacionais, higiênicos e física. Para Gregório (2007), a negligência certamente é uma forma de violência cruel e abominável quanto qualquer outra, uma vez que afeta aqueles que sofrem com o abandono material e emocional, podendo causar danos que se transformam em baixa autoestima, sentimento de inferioridade, muitas vezes, acompanhado por uma tristeza profunda.

1.2. CONCEITUALIZANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS

A violência doméstica se manifesta de várias maneiras e foi conceituada por alguns como assumindo formas diretas e indiretas. O abuso indireto pode resultar da violência entre os pais, quando as crianças não são objeto de abuso direto. No entanto, as crianças que testemunham a violência interparental e a ouvem sem necessariamente vê-la ainda podem sentir seus efeitos: Embora muitas vezes caracterizadas como testemunhas da violência interparental, o que implica um papel passivo, as crianças interpretam ativamente, tentam prever e avaliar seus papéis em causar a violência (SANTOS; SCHMIDT; CUNHA, 2020). Na verdade, os termos abuso direto e indireto foram interpretados como potencialmente enganosos e talvez simplistas.

Estima-se que de 133 a 275 milhões de crianças em todo o mundo testemunham violência doméstica anualmente. A frequente exposição de crianças a violência em seus lares, geralmente a brigas entre pais ou entre uma mãe e seu parceiro, pode afetar

severamente o bem-estar e o desenvolvimento pessoal de uma criança e sua interação social na infância e na fase adulta. A violência entre parceiros íntimos também aumenta o risco de ocorrerem atos de violência contra crianças na família (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2006, p. 16).

Miranda e Ferraz (2020) argumentam que é muito restritivo ver a violência doméstica como abuso entre parceiros em uma díade íntima em que as crianças são percebidas como 'afetadas' pelo abuso: Longe de serem testemunhas passivas, elas não são 'expostas' à violência e ao abuso; em vez disso, elas vivem com isso e experimentam isso diretamente, assim como os adultos. Considerar as crianças 'afetadas por' a violência doméstica diminui seu impacto sobre elas. Em vez disso, Alves et al. (2021) exigem que as crianças sejam reconhecidas como vítimas diretas de violência e abuso.

A violência doméstica ocorre em todas as idades. Santa Rita et al. (2020) apontam que a duração dos encontros das crianças com violência doméstica tem uma influência maior em seus níveis de estresse do que a gravidade do abuso. Os danos causados pela violência doméstica podem ser físicos, emocionais, comportamentais, cognitivos e sociais, e os efeitos são geralmente sobrepostos e inter-relacionados. Cabe aqui destacar a relevância social do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o qual Platt, Ghedert e Coelho (2020, p. 03) comentam que:

Há 30 anos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob a Lei nº 8.069/90, tornou as crianças e adolescentes "sujeitos de direito" no Brasil. Ele delega à sociedade os deveres de proteger e de cuidar desses cidadãos brasileiros em desenvolvimento e ressalta a obrigatoriedade de assegurar o cumprimento integral dos direitos necessários à promoção de toda a sua potencialidade, afastando qualquer forma de opressão ou discriminação. No seu Artigo 13, o ECA determina a obrigatoriedade de denúncia de todos os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra crianças aos conselhos tutelares locais, sem prejuízo de outras providências legais

Embora o dano possa estar presente em todas as fases da idade, vou diferenciar por três grupos de idade, ou seja, crianças de 1-4, crianças de 5-10 e jovens de 11-16 anos, uma vez que os desafios e problemas decorrentes da violência doméstica são diferentes entre essas idades. Deve-se notar, entretanto,

que essas faixas etárias são aproximadas e as experiências e respostas das crianças serão influenciadas pelas necessidades individuais e pelo contexto.

Avelino e Mendes (2020) esclarecem que a ansiedade de separação devido à violência doméstica não se limita a pré-escolares e crianças em idade escolar que experimentam tal ansiedade podem ser pegajosas e fingir doença ou perturbar a escola na esperança de serem mandadas para casa. Em relação ao impacto físico da violência doméstica, os efeitos do estado incluem, mas não estão limitados a lesões, problemas alimentares e condições relacionadas ao estresse, como asma e bronquite. Os efeitos emocionais se manifestam na interrupção da escolaridade, incluindo não comparecimento, dificuldades de atenção e concentração, distúrbios do sono, retraimento, insegurança, culpa, depressão e baixa autoestima.

Comportamentalmente, segundo Silva e Rosa (2021), o impacto pode ser mudanças de conduta, comportamento imprevisível, agressão, raiva e hiperatividade. Algumas crianças que enfrentam traumas em casa exibem hipervigilância e hiperexcitação na escola, constantemente vigilantes e com medo do perigo. A violência doméstica pode afetar negativamente as habilidades cognitivas, o desenvolvimento da linguagem e o nível de escolaridade.

A partir dessas proposições é possível pensar a aprendizagem das crianças e adolescentes vítimas de violência, pois a vítima de violência psicológica, física, sexual ou negligência terá o seu corpo afetado de alguma maneira. Quando o sujeito não consegue “traduzir-se”, algo não vai bem, uma das instâncias, corpo, inteligência, organismo ou desejo, está fraturada ou fragmentada, prejudicando o todo. O sintoma é a representação daquilo que não está bem, estando sempre contextualizado, fazendo parte de um todo maior (LOPES; TORMAN, 2008, p. 135).

A violência é uma barreira para a aprendizagem, por isso deve-se estar atento a cada sintoma que o sujeito venha apresentar. Pesquisas demonstram que as crianças que sofrem agressões físicas ou psicológicas apresentam desempenho inferior na escola.

Segundo a reportagem “Criança que apanha aprende menos”, publicada no jornal de São Paulo, as crianças que raramente, ou nunca são surradas, tem melhor desempenho em alguns testes de inteligência do que as crianças que apanham frequentemente, segundo estudo norte-americano (PIMENTA, 2011, p. 02).

Assim como o desejo é um aspecto necessário para que a aprendizagem aconteça, também a emoção, a motivação, atenção, a plasticidade cerebral e a memória fazem parte do processo de aprendizagem (SALLA, 2012). Se pensar a emoção, em primeiro lugar, podemos compreender pouco mais o motivo da não aprendizagem ou dificuldade que a criança, vítima de violência, produz, pois esta tem sua emoção totalmente afetada pelas violências recebidas.

De acordo com Salla (2012, p. 51), Piaget valoriza o termo afetividade, em vez de emoção, por esta influenciar positiva ou negativamente os processos de aprendizagem, acelerando ou causando atraso no desenvolvimento intelectual da criança. Já Vygotsky diz que para a compreensão do funcionamento cognitivo é fundamental o entendimento do emocional. Estes dois processos formam uma unidade: “o afeto interfere na cognição, e vice-versa. A própria motivação para aprender está associada a uma base afetiva”.

Salla (2012) também destaca o pensamento de Wallon quanto à relação entre afetividade, cognição e movimento na constituição da criança.

O pesquisador defende que a pessoa é resultado da integração entre afetividade, cognição e movimento. O que é conquistado em um desses conjuntos interfere nos demais. O afetivo, por meio de emoções, sentimentos e paixões, sinaliza como o mundo interno e externo nos afeta. Para Wallon, que estudou a afetividade geneticamente, os acontecimentos a nossa volta estimulam tanto os movimentos do corpo quanto a atividade mental, interferindo no desenvolvimento (SALLA, 2012, p. 51).

Tendo em vista estas perspectivas e analisando os resultados que a violência deixa nas crianças vitimizadas, fica evidente que estas crianças terão dificuldades na aprendizagem. Sabe-se que a criança vítima de violência doméstica apresenta características específicas e que o seu fracasso escolar pode estar relacionado com os maus tratos que ela sofre. Assim, é possível que sérios conflitos bloqueiem a capacidade intelectual da criança e muitas vezes o impedimento de um bom desempenho intelectual está vinculado a problemáticas afetivas. Pimenta (2011) reforça essa ideia ao dizer que para a criança aprender o que a escola ensina, é necessário que a criança tenha entre outras coisas, uma personalidade sadia e emocionalmente madura.

Weber et al, (2004, p. 229), ressalta as pesquisas realizadas com o objetivo de relacionar o recebimento de punição corporal com alguma variável comportamental da criança e constataram prejuízos para o desenvolvimento infantil: a comparação entre as crianças que apanhavam com as que não apanhavam, as que apanhavam apresentaram auto-estima mais baixa (LARZELERE, KLEIN, SCHUMM, & ALIBRANDO, 1990 apud WEBER et al, 2004), comportamento mais agressivo (STORMSHAK, BIERMAN, MCMAHON, & LENGUA, 2000; STRASSBERG, DODGE, PETTIT, & BATES, 1994 apud WEBER et al, 2004), altos níveis de sintomas psiquiátricos e baixo bem-estar geral (BACHAR, CANETTI, BONE, DENOUR, & SHALEY, 1997 apud WEBER et al, 2004).

“Straus ainda defende que a punição corporal pode ser eficaz no instante em que é aplicada, mas ela traz muitos prejuízos a longo prazo, não somente para o indivíduo como também para os outros com quem convive, devido ao risco de delinquência, de criminalidade violenta, de violência contra o cônjuge” (STRAUS, 1991; STRAUS & MCCORD, 1998 apud WEBER et al, 2004, p. 229).

Para Weber et al (2004, p. 228), na perpetração da punição corporal pode haver uma associação entre o amor que sente pelos seus pais e a dor que a criança sente ao sofrer a violência. Em geral a punição corporal é seguida por um discurso de seus pais, que amam a criança e que batem para o bem dela (CORNET, 1997 apud WEBER et al, 2004).

Desta forma, a associação entre a dor e o amor, por meio de emparelhamento de estímulos, vai ensinar a criança a perpetuar o mesmo método em outras situações de sua vida ou, ainda, a suportar situações aversivas e disfuncionais que deveriam ser terminadas (WEBER, 2001 apud WEBER, 2004).

O adulto, autor da violência, deve sempre lembrar-se que suas atitudes são as referências para o aprendizado da criança e adolescente, estando consciente que o que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos, poderá fazê-lo amanhã por si só. As atitudes do adulto em relação à criança serão o reflexo de suas primeiras aprendizagens, pois no momento em que ela está se conhecendo, através dos pais, ao tocarem em seu corpo, elas já estão em processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, toda a criança, além da dificuldade que apresentará na

aprendizagem, tende a reproduzir a violência recebida, quando adulto, para com seus filhos.

A criança vítima de violência, normalmente, fica desmotivada em relação a muitos aspectos em sua vida. Sendo assim, esta criança apresentará problema na aprendizagem, pois a motivação é necessária para aprender. Para Vygotsky, segundo Salla (2012, p. 52), “a cognição tem origem na motivação. Mas ela não brota espontaneamente, como se existissem algumas crianças com vontade e naturalmente motivadas e outras sem”.

Já para Lopes e Torman (2008), essa disposição está relacionada às emoções suscitadas pelo contexto. Assim o prazer pode fazer parte do próprio ato de aprender. A criança vítima da violência sexual, por exemplo, tem grande dificuldade em relação a motivação, afetando vários aspectos de sua vida.

Uma criança submetida a um adulto perverso terá dificuldades de se relacionar com a própria sexualidade, com os limites da sociedade e com a discriminação de si e do outro, elementos estes importantes para a convivência social e para a aprendizagem de maneira geral (LOPES; TORMAN, 2008, p. 135).

As crianças vítimas do abuso sexual ficam confusas entre o bom e o mau, o certo e o errado, pois ela convive com isso, e sendo a maioria dos casos o adulto abusador alguém da família, esta confusão aumenta. Em decorrência disso, a gama de necessidades entre as crianças que vivem com violência doméstica requer uma resposta profissional informada pelo contexto da vítima.

Os serviços de bem-estar precisam adotar uma abordagem interseccional para a violência doméstica e suas questões concomitantes em que deficiência, raça e etnia, gênero, idade, status socioeconômico, status de imigração e orientação sexual de crianças e pais são considerados conta.

Reputamos uma abordagem interseccional centrada na criança, que leva em consideração a especificidade das experiências individuais das crianças e é sensível às características que moldam suas experiências. Quando fatores interligados, como violência doméstica e problemas de saúde mental afetam o contexto de uma família, eles precisam ser compreendidos e documentados em conjunto, em vez de isoladamente.

Crianças expostas à violência doméstica são confrontadas com o comportamento permanentemente imprevisível de seus familiares próximos e o poder destrutivo da violência nas relações humanas. Nesse quadro relacional, as crianças são, então, confrontadas com situações muito estressantes e, às vezes, perigosas. Elas estão expostas à violência doméstica por um período de tempo mais curto ou mais longo e não é incomum que cresçam em um clima de violência crônica (SILVA; ROSA, 2021). A experiência de violência sofrida assume muitas formas, apresenta vários graus de gravidade e tem consequências diferentes para as pessoas de referência que são vítimas dela.

1.3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Como vimos na seção anterior, crianças em idade escolar que crescem em um contexto de violência doméstica estão expostas a fontes significativas de estresse. A exposição à violência entre seus familiares próximos já é uma forma de violência doméstica contra elas e às vezes tem consequências graves na vida adulta. Como salienta Chauí (1999, p. 05-03):

A violência é um ato de brutalidade, sevicia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata de seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

O desafio de ter que ficar em casa é maior para as crianças que vivem em condições precárias de moradia e para aquelas cuja merenda escolar era a única refeição quente do dia. Muitas famílias terão dificuldade em garantir uma educação adequada no ambiente doméstico. Também estamos particularmente preocupados com as crianças que se enquadram no sistema de proteção infantil e como a COVID-19 pode afetar a assistência social básica e os serviços de apoio às famílias.

Com o fechamento de escolas no Brasil, a capacidade de apoiar as crianças no ensino à distância em casa varia enormemente, tanto nacionalmente quanto entre os estados. Ao longo desta pandemia, pudemos perceber, infelizmente,

desigualdades agravadas pela crise em nosso sistema educacional, especificamente o Público (SILVA; ROSA, 2021). Algumas escolas oferecem excelentes oportunidades de aprendizado online, e as famílias precisaram adaptar seu roteiro diário para ajudar seus filhos. No entanto, algumas famílias nem têm acesso à Internet. Esta crise destacou fraturas profundas em nosso sistema de ensino público, onde a qualidade tem se tornado cada vez mais dependente do trabalho dos pais.

Sabemos a importância que os primeiros meses e os primeiros anos de vida de uma criança têm no seu posterior desenvolvimento emocional, físico e cognitivo. Serviços para a Primeira Infância, Centros Familiares, Assistentes de Saúde podem ser uma tábua de salvação para famílias com crianças muito pequenas. Avelino e Mendes (2020) consideram que também nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as famílias mais necessitadas foram as menos capazes de lidar com a situação sem tais serviços. Porém, se fez e ainda se faz necessário intensificar os nossos esforços para garantir que o desenvolvimento da primeira infância seja uma prioridade para os governos de toda a Europa.

Rita et al. (2020) esclarecem que o investimento público eficaz durante este período crítico tem sido a chave para quebrar os ciclos de desvantagem, não sendo realidade de muitos contextos educacionais brasileiros neste contexto pandêmico. Crianças colocadas fora de sua família de origem são uma categoria particularmente vulnerável neste momento. Esses menores dependem de educadores e assistentes sociais para seu bem-estar.

O risco de violência doméstica pode aumentar à medida que o período de isolamento em casa continua. Linhas telefônicas de ajuda e aconselhamento online são essenciais. Mas, além da crise imediata, o apoio familiar abrangente e bem estruturado pode ajudar a reduzir o risco de negligência ou violência infantil. Será importante intensificar os esforços para acabar com a institucionalização.

As crianças colocadas fora da própria família precisam de cuidados e apoio personalizados, que são mais adequadamente garantidos pelas famílias. Enquanto isso, como as notícias da COVID-19 monopolizam a mídia e se insinuam em todas as áreas de nossas vidas, a migração e a crise dos refugiados não estão indo embora.

Andrew Morley (2020 apud VILELA, 2020, s/p), presidente do conselho da World Vision International ajuíza que:

À medida que o coronavírus progride, milhões de pessoas se refugiam em suas casas para se proteger. Infelizmente, a casa não é um lugar seguro para todos, pois muitos membros da família precisam compartilhar esse espaço com a pessoa que os abusa. Escolas e centros comunitários não podem proteger as crianças como costumavam nessas circunstâncias. Como resultado, nosso relatório mostra um aumento alarmante nos casos de abuso infantil a partir das medidas de isolamento social.

A transição da infância para a idade adulta é marcada por várias fases distintas do desenvolvimento da sua aprendizagem. A criança, exposta à violência e tendo outras experiências difíceis, pode, durante seu crescimento, estar sujeita a distúrbios em várias áreas de seu desenvolvimento. Por exemplo, pesquisas neurobiológicas mostraram que experiências de abuso e negligência grosseira na primeira infância afetam o desenvolvimento do cérebro e os processos de maturação neuronal. Nesse sentido, a puberdade também parece ser um período muito delicado.

Para Alves et al. (2021), o conhecimento dos possíveis transtornos e anormalidades do desenvolvimento decorrentes de experiências de violência é particularmente essencial para a detecção precoce da exposição à violência pelos professores e outros profissionais, conforme ilustrado pelos exemplos a seguir.

As experiências de apego na primeira pessoa de violência podem, em bebês, influenciar a qualidade do apego das crianças e estar associadas a transtornos de apego.

Em crianças pequenas, a exposição à violência pode se manifestar como comprometimento ou atraso no desenvolvimento motor e da linguagem ou como uma manutenção na fase de oposição.

Crianças em idade pré-escolar podem desenvolver comportamento agressivo, raiva e ansiedade (de ser abandonado, de morrer).

As crianças na escola podem ter distúrbios do sono, déficits de atenção, capacidade de aprendizagem prejudicada ou desenvolvimento prejudicado do autoconceito e da competência social.

A partir da puberdade, há diferenças de gênero mais marcantes nos danos potenciais resultantes da experiência de violência, como distúrbios alimentares em mulheres jovens ou comportamento agressivo em homens jovens.

Crianças traumatizadas por violência doméstica apresentam mais problemas de saúde: retardo de crescimento, alergias, distúrbios otorrinolaringológicos e dermatológicos, dores de cabeça, dores de estômago, distúrbios do sono e alimentação e são mais vítimas de acidentes (8 vezes mais intervenções cirúrgicas) (MIRANDA; FERRAZ, 2020). Frequentemente apresentam transtornos de adaptação: fobias escolares, ansiedade de separação, hiperatividade, irritabilidade, dificuldades de aprendizagem e transtornos de concentração.

Também apresentam problemas de comportamento, 10 a 17 vezes mais do que crianças em uma casa sem violência, incluindo comportamento agressivo em relação a outras crianças, 50% dos jovens delinquentes viveram em ambiente familiar violento na infância (SANTOS; SCHMIDT; CUNHA, 2020).

Todos esses sinais devem alertar os profissionais que trabalham com crianças, especialmente os professores, pois não há inevitabilidade. Uma criança que consegue expressar suas dificuldades, seus medos e encontrar ajuda adequada será capaz de se distanciar da situação estressante e, assim, reduzir o possível risco de se tornar um perpetrador ou vítima de violência.

Conseqüentemente, todos os atores que intervêm no contexto da violência doméstica e da proteção à criança concordam que as crianças expostas à essa circunstância devem se beneficiar de serviços adaptados para melhor compreender o que estão passando e corrigir a distância necessária para sua proteção e sua construção psíquica, contribuindo para o pleno desenvolvimento de sua aprendizagem escolar.

1.4. O QUE OS PROFESSORES PODEM FAZER?

No que compete à Educação Pública, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu 4º artigo estabelece que: é dever do Estado garantir “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” compreendendo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996).

A escola pode representar para algumas crianças um lugar de normalidade calmante e proporcionar-lhes um alívio tal que demonstram uma alegria de viver particular. As crianças passam uma parte considerável de seu tempo na escola. O professor não deve apenas transmitir conhecimentos às crianças, mas também

promover o seu bem-estar físico, mental e social e reagir caso perceba sinais de perigo.

Como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo [...]. Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. [...] Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. [...] Sou professor a favor da liberdade [...] sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação [...]. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (FREIRE, 1997, p. 110)

Em muitas circunstâncias, as crianças confiam mais nos professores do que em seus familiares, uma vez que na escola, elas têm menos medo de não acreditar. Ao mesmo tempo, a questão que preocupa as crianças é como o professor vai lidar com as informações que lhes dão sobre a violência em sua família e quais as consequências para elas. Temem, por exemplo, que sejam afastadas de suas casas e que lhes será negado qualquer contato com seus pais. Eles não sabem que tais medidas drásticas são raras.

Para Almeida, et al (2010, p. 10):

[...] a necessidade dos educadores compreenderem que sua atuação não pode ser neutra, que sua atuação não deve ser a favor do nada. É preciso romper com esse ciclo de violências, de crueldade e de opressão. Superar a ideia de que a relação do educador-educando se dá meramente através da transmissão do conhecimento erudito. É preciso que os educadores compreendam os educandos a partir do meio em que são inseridos desenvolvendo suas atividades para a promoção de uma Educação que promova a paz, a liberdade e o respeito às diferenças (ALMEIDA, 2010, p.10).

Ficar preso em casa com a família durante a COVID-19 pode ser perigoso para crianças em famílias instáveis, e uma nova ferramenta online está oferecendo recursos para professores que temem que seus alunos sejam abusados ou negligenciados (LINHARES; ENUMO, 2020). Antes da pandemia, professores e conselheiros escolares costumavam estar entre os primeiros adultos a notar mudanças incomuns nos alunos - um possível sinal de que algo estava errado em casa. Agora, com a escola ensinada virtualmente e menos tempo 'cara a cara' entre

professores e alunos, os especialistas em bem-estar infantil temem que a violência doméstica não seja detectada. Compreendemos por violência:

[...] uma realização determinada das relações de forças, tanto em termos de classes sociais, quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Ouvimos dizer que algumas crianças estão lutando contra o tédio ou por não poderem brincar com os amigos. Outras crianças estão em famílias onde enfrentam escassez de alimentos, doença mental dos pais que está sendo exacerbada. A escola é uma grande fuga para eles, e isso foi levado embora. Embora os professores possam não ter o mesmo tempo individual com os alunos, Linhares e Enumo (2020) comentam que as conversas por telefone ou online ainda podem incluir sinais de alerta. Uma das maiores bandeiras vermelhas: um aluno de repente se torna impossível de alcançar.

Para Levandowski et al. (2021), os professores também devem prestar muita atenção ao comportamento de seus alunos e estar alerta para qualquer mudança preocupante: Qual é a atitude deles quando estão falando com você? Você está sentindo tensão, comportamentos hesitantes ou relutância em falar?

Em matéria publicada no dia 22 de julho de 2021, o Portal Acrítica.com publicou uma matéria onde noticia o aumento no percentual de chamadas por violência contra crianças e adolescentes. Conforme consta no site:

Crianças e adolescentes vítimas de agressão, abandono ou que vivem em situação de vulnerabilidade contam com a atuação das forças de Segurança para serem retiradas do ciclo de violência. Somente nos primeiros cinco meses de 2021, o serviço emergencial 190 recebeu 1,6 mil denúncias relatando abusos cometidos contra esse público, em Manaus. Os relatos mais frequentes são abandono de incapaz, agressão, estupro de vulnerável e cárcere privado. No

mesmo período do ano passado, foram 900 denúncias (ACRÍTICA.COM, 2021, s/p).

Portanto, é necessário um trabalho de sensibilização sobre este assunto: as crianças devem estar cientes de que muitas crianças e suas famílias são afetadas pela violência doméstica, que ela não pode ser tolerada de forma alguma e que existem vários serviços capazes de lidar com ela. De acordo com Miranda e Ferraz (2020), é crucial explicar às crianças afetadas o que acontecerá no futuro, por exemplo, depois que confiarem a um professor ou a intervenção da polícia. Lima e Cardim (2021, s/p) ressaltam as palavras de Maurício Cunha, Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:

embora saibamos que a violência tem aumentado significativamente para todos os grupos vulneráveis” em meio à pandemia do novo coronavírus, os registros de violência não subiram no mesmo ritmo. “Isso nos mostra que a participação social, por exemplo de professores, que olhavam para nossas crianças com olhar cuidadoso, protetor, não está fazendo isso nesse período. Nossas crianças e adolescentes estão sofrendo sozinhos.

Os professores proporcionam um contributo decisivo no combate à violência doméstica e na detecção precoce de casos, ao disponibilizar informação sobre o tema e sobre as ofertas de apoio e ao perceber os sinais de perigo com antecedência suficiente para a tomada de medidas adequadas à proteção da criança.

A disposição de um professor em ouvir a história de uma criança pode fornecer a base para aumentar a resiliência e a força pessoal. A assistência mais significativa que os professores podem oferecer às crianças expostas à violência é um ambiente seguro e confortável onde as crianças podem conversar. Os alunos podem falar sobre a exposição à violência de uma vez ou em partes e "testar" as respostas do professor. A primeira responsabilidade do professor é seguir as políticas e procedimentos da escola e encaminhar a criança a profissionais especializados, como a assistente social ou psicólogo da escola (LINHARES; ENUMO, 2020).

Os especialistas concordam que o relacionamento de uma criança com um adulto carinhoso é fundamental para desenvolver resiliência e iniciar o processo de

cura. É muito importante, conforme Santos, Schmidt e Cunha (2020), que os alunos tenham a oportunidade de falar sobre o que testemunharam e como se sentem com professores atenciosos que podem ouvir e compreender. Outra prioridade importante para os professores é criar um local emocionalmente seguro para todas as crianças aprenderem. Esses espaços seguros permitirão que as crianças que foram expostas à violência comecem sua jornada de cura.

Portanto, reputamos que as crianças expostas à violência podem precisar de avaliação e intervenções especializadas que os professores não podem fornecer. Se for esse o caso, os professores devem encaminhar as crianças para outros profissionais dentro ou fora do sistema escolar. Psicólogos, assistentes sociais ou conselheiros escolares podem ajudar as crianças e suas famílias procurando maneiras de evitar que os problemas atuais piorem. Em alguns casos, eles podem ajudar as famílias a encontrar maneiras de interromper o ciclo de violência.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

A Metodologia é a análise teórica e sistemática dos métodos aplicados a um campo de estudo. Compreende a análise teórica do conjunto de métodos e princípios associados a um ramo do conhecimento. Normalmente, engloba conceitos como paradigma, modelo teórico, fases e técnicas quantitativas ou qualitativas. Uma metodologia não se propõe a fornecer soluções - não é, portanto, a mesma coisa que um método. Em vez disso, oferece a base teórica para a compreensão de qual método, conjunto de métodos ou melhores práticas que podem ser aplicados a um caso específico, por exemplo, para calcular um resultado específico.

O processo de pesquisa surgiu devido à busca do homem para estar em sintonia com seu ambiente e também compreender a natureza. Para conseguir isso, o homem usa as ferramentas de experiência e raciocínio disponíveis para ele. O homem também faz uso da experiência e de fontes autorizadas além de seu círculo imediato. Experiência e autoridade são fontes ricas e importantes de hipóteses, que se baseiam principalmente no conhecimento do senso comum e eventos aleatórios, portanto, podem ser injustificadas para tirar conclusões sobre os eventos. Portanto, a formulação de hipóteses de pesquisa usando experiência e autoridade é considerada não científica. Âncoras de pesquisa sobre raciocínio científico; que podem ser indutivos e dedutivos ou ambos. A pesquisa é uma combinação de experiência e raciocínio e pode-se dizer que é a forma mais adequada de descobrir a verdade.

Portanto, a presente investigação trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica, a qual é [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). A principal vantagem da pesquisa bibliográfica “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (idem, 2002, p. 45).

Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não

dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Os trabalhos encontrados permeiam o entendimento de que a pandemia de coronavírus representa uma séria ameaça global à segurança das crianças, acentuando as vulnerabilidades existentes e criando novas, à medida que as medidas de quarentena isolam as famílias e as pressões econômicas e sociais cobram seu preço. As crianças, especialmente vulneráveis, enfrentam riscos crescentes de sofrimento psíquico, violência, abandono e exclusão social durante os bloqueios e no novo normal de distanciamento social.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Inicialmente, os recursos utilizados foram Artigos Científicos; Livros, dentre outros que tratam sobre a temática abordada, disponibilizadas especificamente no *Google Acadêmico* e na plataforma *SciELO*, utilizando como fontes de pesquisa artigos publicados na íntegra a partir dos anos 2000, que contivessem as palavras-chave pertinentes ao tema proposto: violência, violência infantil, familiar ou doméstica, abuso, negligência, maus-tratos, criança e/ou aprendizagem infantil, pandemia e COVID-19, entre os meses de janeiro e maio de 2021. Doravante a isso,

foi realizada, entre maio a julho de 2021, a leitura sistemática do Resumo e dos Resultados, compilados em fichas de resumo, presentes em cada trabalho encontrado, momento oportuno que permitiu compreender os desdobramentos sociais, políticos, econômicos sobre a temática abordada.

O estudo assume uma natureza qualitativa, a qual “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31). Suas principais características são: “objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural” (idem, 2009, p. 32).

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação de crise produzida pela pandemia do Coronavírus (COVID-19) apresenta grandes desafios às sociedades em todo o mundo. Embora os esforços para conter o vírus sejam vitais para proteger a saúde global, esses mesmos esforços estão expondo crianças e adolescentes a um risco maior de violência familiar, influenciando consideravelmente o desenvolvimento da sua aprendizagem. As interpretações de Alves (2021) esclarecem que fatores como o isolamento social exigido pelas medidas tomadas nos diferentes países, o impacto no emprego, a instabilidade econômica, os elevados níveis de tensão e medo do vírus e as novas formas de relacionamento aumentaram os níveis de stress nas famílias mais vulneráveis e, portanto, o risco de violência. Além disso, os bloqueios obrigatórios impostos para conter a propagação da doença 'prendem' as crianças em suas casas, isolando-as das pessoas e dos recursos que poderiam ajudá-las.

As restrições de movimento e o fechamento de escolas também significam que as crianças passam mais tempo online, aumentando assim sua exposição ao bullying online, pornografia, violência e exploração sexual. Os perpetradores estão se aproveitando do fato de as crianças passarem mais tempo sem supervisão on-line e estão procurando criar e explorar crianças por meio de coerção sexual.

Mesmo antes da pandemia, e a partir da literatura levantada, especialmente o estudo de Silva e Rosa (2021), a violência pode afetar a aprendizagem das crianças de várias maneiras:

As crianças podem testemunhar atos de violência na mesma sala ou ouvi-los de uma sala adjacente. Eles estão expostos a argumentos violentos, ameaças graves, agressão ou até mesmo violência física e sexual severa.

As próprias crianças são apanhadas nestes confrontos e podem estar diretamente envolvidas em atos de violência simplesmente por causa da sua presença ou porque são levadas à violência pela vítima ou perpetrador. Crianças mais velhas também podem tentar intervir para proteger a vítima ou prender a pessoa de referência abusiva e, assim, acabar se machucando.

As crianças vítimas podem ser confrontadas de várias maneiras com as consequências da violência doméstica. Eles podem ver um dos pais ferido e sentir sua angústia ou podem testemunhar uma intervenção policial e/ou

podem ter que fugir do apartamento com a pessoa de referência vítima da violência.

As crianças também têm que lidar com outras consequências da violência, como restrições à capacidade educacional e de apoio, negligência ou separação dos pais.

As crianças não são apenas expostas à violência nos relacionamentos atuais, mas também durante o processo de separação dos pais. Nesse sentido, o risco de escalada da violência é significativamente maior em situações de entrega da criança por contato vinculado a visitas ou quando há ameaça de instrumentalização de crianças durante a separação ou após a separação.

Também falamos de exposição a violência quando os filhos resultam de violação da mãe ou quando a futura mãe é vítima, durante a gravidez, de espancamentos ou pontapés na barriga, violação, etc. Essas circunstâncias podem levar a complicações no parto, abortos espontâneos e traumas.

As medidas restritivas impostas em muitos países não foram acompanhadas de uma análise do acesso aos recursos necessários para reduzir esse risco. É preciso adotar medidas urgentes de intervenção nestes contextos de alto risco para que crianças e adolescentes possam se desenvolver e prosperar em uma sociedade que passará por profundas transformações, mas na qual a defesa de seus direitos e a proteção devem continuar sendo uma grande prioridade.

Para os pesquisadores da violência, as medidas tomadas em resposta ao COVID-19 apresentam uma oportunidade extraordinária para avançar nossa compreensão dos mecanismos sociais, psicológicos, econômicos e situacionais que influenciam as taxas de violência (LEVANDOWSKI et al., 2021). Na verdade, contextos associados a pandemias criam um ambiente no qual os sistemas socioecológicos das crianças são interrompidos e, como resultado, a incidência de maus-tratos infantis tende a aumentar. No entanto, muitas organizações de bem-estar infantil em todo o mundo estão observando uma queda significativa nos relatórios de abuso ou negligência infantil, conforme Miranda e Ferraz (2020).

A vida de crianças continua muito afetada pela pandemia, e há razões para acreditar que nos últimos meses houve um aumento da violência contra as crianças, como mencionado anteriormente e *a posteriori*. Agora é da maior importância que todos os serviços sociais e de saúde, bem como as instituições escolares, estejam

atentos às consequências negativas da pandemia, agora que as crianças estão retornando após muitas semanas de isolamento.

Sabemos pouco sobre a quantidade de violência que crianças que se encontram nos anos iniciais do Ensino Fundamental enfrentaram em suas casas desde o início da pandemia e instituições como o UNICEF têm desencorajado a realização de estudos epidemiológicos em crianças, a menos que sua proteção possa ser garantida (LINHARES; ENUMO, 2020). Assim, é necessário intervir indiretamente, detectando contextos de risco e explorando os fatores que podem aumentar a violência contra crianças para poder atuar com sucesso.

A pandemia COVID-19 pode ter acarretado grandes mudanças para muitas crianças e suas famílias, não apenas por causa do bloqueio, medidas restritas, isolamento social, mudanças demográficas e redução dos serviços de saúde disponíveis, mas também devido ao súbito e possivelmente aumento a longo prazo da pobreza infantil e da incerteza familiar.

Como base em Santos, Schmidt e Cunha (2020), a pandemia representa uma crise global não apenas para nossa saúde e economia, mas também para o bem-estar da família por meio de um processo em cascata de fatores que podem conduzir, precipitar ou exacerbar potenciais estressores. A situação gerada pela COVID-19 tem poucos precedentes, mas podemos nos basear no trabalho em situações de crise ou emergência onde os cenários de rápido aumento do estresse são acompanhados por mudanças abruptas nas condições anteriores

Os efeitos de desastres e violência em massa no desenvolvimento individual podem ser descritos em relação à dose de exposição ou riscos cumulativos que representam ameaças ou distúrbios significativos para indivíduos, famílias ou comunidades. Assim, a pandemia COVID-19 foi conceituada como um desastre global em cascata multissistêmico, no qual as vidas das crianças foram dramaticamente afetadas em muitos níveis e para os quais nossas sociedades não estavam preparadas (AVELINO; MENDES, 2020).

Na verdade, a pesquisa sobre COVID-19 está começando a mostrar os efeitos dos estressores sociais sobre os membros da família, e destaca a necessidade de um exame longitudinal da saúde mental de crianças e adolescentes (AVELINO; MENDES, 2020). Evidências emergentes sobre a parentalidade saudável e a saúde mental de crianças e adolescentes enfatizam que a magnitude do impacto depende de fatores de vulnerabilidade, como idade de desenvolvimento, condições

prévias de saúde mental, status educacional e socioeconômico ou estar em quarentena.

Os estudos de Santos, Schmidt e Cunha (2020), o consumo de álcool pelos pais em casa (como resultado do fechamento de pubs, bares e hotéis) para controlar o estresse e a tensão também pode contribuir para o aumento da violência contra as crianças, assim como a presença de transtornos mentais pré-existentes nos pais. e a falta de monitoramento ou medicação. Os pais estão sob estresse e o COVID-19 está mudando a vida familiar: as crianças estão fora da escola ou da creche e não têm acesso a atividades em grupo, esportes coletivos ou *playgrounds*.

Conforme Avelino e Mendes (2020), os pais devem mantê-los ocupados e seguros, ao mesmo tempo que tentam trabalhar em casa; na verdade, eles podem não ser capazes de trabalhar devido às suas obrigações de cuidar dos filhos. A evidência de correlatos comuns sugere que os conflitos e a violência entre os pais provavelmente também visam as crianças. O maior risco aumentado de violência entre os pais durante a quarentena devido ao COVID-19 pode ter tornado particularmente difícil atender às necessidades das crianças.

No nível da sociedade em geral, as consequências econômicas da crise também são fatores de risco. Renda perdida, adversidade material cumulativa e dificuldades de moradia são os principais indicadores de maus-tratos infantis. Para aqueles que vivem em famílias de baixa renda e superlotadas, sem espaços abertos, os desafios colocados pelo COVID-19 são exacerbados. O isolamento social, por sua vez, impede que os pais vejam outros modelos de relacionamento com os filhos não baseados na violência, limitando as opções de apoio acessíveis e familiares, de acordo com Miranda e Ferraz (2020).

Embora o declínio dramático nas interações sociais provavelmente tenha limitado o contato das crianças com uma ampla gama de repórteres em potencial de maus-tratos infantis, incluindo pediatras e parentes, o fechamento forçado de escolas também pode ter afetado significativamente tanto o relato quanto a incidência de casos de maus-tratos infantis (LEVANDOWSKI et al., 2021). As escolas públicas representam um importante fator de proteção contra maus-tratos, mas sua capacidade de desempenhar esse papel foi restringida pelo COVID-19.

A violência e a separação andam de mãos dadas com a desestabilização que pode afetar as capacidades educacionais das crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para recuperar sua estabilidade, as vítimas de

violência precisam primeiro de um ambiente seguro no qual possam se recuperar e encontrar a segurança necessária. A duração dessa fase de recuperação necessária difere de situação para situação. Só então, uma vez estabilizada a situação, se pode tratar de uma (nova) organização do futuro e de uma reflexão sobre a vivência da violência no âmbito de uma consulta ou consulta.

As interpretações advindas da leitura sistemáticas dos trabalhos levantados esclarecem que as medidas de proteção podem ajudar a melhorar a situação ao longo do tempo, especialmente quando o aconselhamento e o acompanhamento são oferecidos além da fase aguda da crise. Além disso, ofertas de terapia com foco no comportamento cognitivo para vítimas chamadas a superar episódios repetidos de violência e ofertas de apoio social de médio e longo prazo têm se mostrado medidas eficazes para as vítimas de violência.

Parece que muitas famílias já perderam seus empregos ou viram suas horas de trabalho e salários cortados devido ao bloqueio ou outras medidas restritivas. Além disso, crianças e famílias vulneráveis não conseguiam acessar redes de apoio durante as medidas de bloqueio e restrição. Por exemplo, enquanto as escolas estavam fechadas, as crianças não podiam se beneficiar das refeições escolares financiadas pelo estado.

Sabe-se que a violência e o abuso contra crianças muitas vezes permanecem ocultos e que muitas delas não recebem o apoio de que precisam e ao qual têm direito. Instituições e serviços para crianças e adolescentes - especialmente aqueles que fornecem segurança e apoio a crianças que vivem com violência doméstica e abuso - são agora mais cruciais do que nunca. Além de receber o apoio necessário para que possam prestar os mesmos serviços de antes da pandemia, eles precisam de recursos adicionais para serem proativos e encontrar formas novas e criativas de chegar às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Isso inclui as instituições escolares, principalmente seus professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que acontece na infância, bem como na adolescência, tem profundas implicações para o bem-estar na vida adulta. A prevalência de violência doméstica como o fator mais comum citado em casos de crianças no contexto da pandemia do COVID-19 enfatiza a necessidade de abordar este problema duradouro por meio da prevenção, intervenção precoce e educação. Da mesma forma, é necessária uma mudança social e de atitude mais ampla, em que a violência doméstica não seja mais trivializada como ‘apenas mais uma doméstica’ ou retratada como culpa das vítimas, predominantemente mulheres, como evidenciado em nossa pesquisa anterior sobre representações da mídia.

É encorajador que haja algumas evidências de pesquisas sobre violência doméstica no contexto educacional, embora permaneçam relativamente pouco investigadas. A fragmentação contínua do sistema escolar brasileiro e a pluralidade de tipos de escolas destacam a necessidade de mais pesquisas para avaliar o envolvimento das escolas no trabalho pedagógico e para obter uma visão sobre a prática eficaz. Alguns professores e funcionários da escola são eles próprios vítimas de relações violentas no local de trabalho e o apoio no local de trabalho seria benéfico tanto para os indivíduos como para o ambiente escolar como um todo. Pesquisas futuras poderiam pedir aos professores e funcionários de apoio suas opiniões sobre suas necessidades de aprendizagem e treinamento profissional nesta importante área de trabalho.

A presente pesquisa se configura como um dos estudos até o momento que enfocou os fatores de risco para violência familiar contra crianças e jovens relacionados à pandemia COVID-19. Procuramos explicar esse risco por meio da aplicação de teorias criminológicas e modelos socioecológicos, enfatizando a importância das ciências sociais no tratamento de uma pandemia e suas enormes consequências para a saúde global. Podemos concluir que, na situação inédita produzida pela crise da COVID-19, o risco de vitimização de crianças e adolescentes é alto.

As repercussões da pandemia da COVID-19 vão muito além das medidas de prevenção da transmissão da doença e reduzem seu impacto na população global. Os serviços de vítimas infantis e os profissionais que atendem às vítimas de violência familiar devem estar preparados para os prováveis aumentos nas taxas de

vitimização durante e muito depois desta pandemia. Eles devem enfrentar os novos obstáculos e buscar soluções inovadoras com base em uma abordagem centrada na comunidade. Também é vital identificar contextos de alto risco para evitar a ocorrência de novos atos de violência de longo prazo.

Embora um aumento inicial da violência familiar seja geralmente observado durante a fase aguda de uma crise, o fato que precisamos ter em mente é que esses surtos costumam durar anos durante o período de recuperação e exigem uma estratégia de prevenção que ofereça soluções de longo prazo. As consequências potenciais do aumento de maus-tratos infantis devem ser consideradas em futuros cálculos de custo-benefício das medidas de bloqueio. Visto que a violência familiar deve ser vista como uma possível consequência da pandemia COVID-19 para a saúde pública, os governos devem trabalhar em conjunto com os prestadores de assistência social e de saúde para integrar os maus-tratos infantis nos planos futuros de redução do risco de desastres e preparação.

É crucial aprender o máximo possível com este desastre para se preparar para situações de crise semelhantes (ou totalmente sem precedentes) no futuro. Devemos tomar as medidas necessárias para que as crianças e os adolescentes possam se desenvolver e prosperar em uma sociedade que provavelmente será muito diferente, mas na qual a defesa de seus direitos e de seu bem-estar deve continuar sendo uma prioridade.

Ser exposto à violência doméstica pode minar fundamentalmente a confiança das crianças e prejudicar seriamente a sua aprendizagem. Esse tipo de violência aumenta significativamente o risco de as mesmas se tornarem vítimas de abuso e negligência. O fato de ter sido exposto à violência no casal parental inclui, a longo prazo, um risco acrescido de que, na idade adulta, as vítimas sofram violência na relação conjugal ou sejam os seus autores.

Ficou claro que, normalmente, as experiências traumáticas iniciais estão associadas a um risco aumentado de doenças do sistema imunológico, distúrbios metabólicos e doenças cardiovasculares. Essas doenças também são acompanhadas por um risco muito alto de desenvolver todos os tipos de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático.

Hoje em dia, estudos realizados em todo o mundo por meio de pesquisas representativas da população identificam retrospectivamente experiências angustiantes da infância usando um instrumento de pesquisa padronizado. Em

particular, nos últimos tempos, aumentou o número de pesquisas que interrogam e documentam a relação entre a exposição à violência doméstica e o risco de abuso infantil, negligência e outras fontes de estresse na família.

Qualquer apoio eficaz às crianças vítimas de violência pressupõe o rastreamento da sua exposição à violência doméstica e implica que o acesso ao sistema de apoio disponibilizado a estas crianças seja garantido e que recebam rapidamente uma assistência adaptada às suas necessidades. Para proteger as crianças de mais violência, as medidas de proteção são as primeiras a serem impostas, incluindo acomodação em um sistema de proteção adequado. Abuso ou a proteção proporcionada pelo procedimento de acesso e custódia que leve em consideração a exposição da criança à violência.

Do ponto de vista da proteção da criança, a proteção imediata e o apoio das capacidades educacionais são de grande importância. Devido à violência sofrida e sua possível recorrência, as vítimas costumam estar sob enorme estresse, certamente quando a situação de violência é aguda.

Por fim, que este estudo iniciou com intuito de ser realizado através de uma pesquisa de campo na instituição Mãe Margarida. Contudo, devido ao agravamento da COVID-19 e, posteriormente, a regulamentação de medidas de isolamento social, ficou inviável sua efetivação.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Mariza Silveira. **Violação da infância crimes abomináveis humilham, machucam, torturam e matam!** Porto Alegre (RS): AG, 2005.

ALVES, Pedro Henrique Melo et al. Principais fatores associados à Covid-19 que impactam na saúde e educação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 32815-32826, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/27379/21676>. Acessado em: 13 de julho de 2021.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças**. 2006.

AVELINO, Wagner Feitosa; MENDES, Jessica Guimarães. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56–62, 2020. Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/137>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

AZEVEDO, Maria Amélia et all. **Organização da Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo, Cortez, 1997.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. 6º São Paulo: Cortez Editora, 2013.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

FELIPE, Sônia. **Violência, agressão e força**. In: Felipe, Sônia & Philipi, Jeanine Nicolazi. **O corpo violentado: estupro e atentado violento ao pudor**. Florianópolis (SC): UFSC, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes Necessários à prática educativa/ Paulo Freire: Paz e Terra, 1996**

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 207-216, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dvNt3S7Z7XFXVf9nHNtpgww/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOKHALE, S.D. A Família Desaparecerá? In: **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, CBSSIS, n. 30, ano XVI, 1980.

GUERRA, Viviane N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4ª Ed São Paulo: Cortez, 2001.

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21181_10690.pdf

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11696628/artigo-4-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>.

LEVANDOWSKI, Mateus Luz et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/w9xDc35gk53mDz9MrX4nFfr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15 de julho de 2021.

LIMA, Bruna; CARDIM, Maria Eduarda. Perigo em casa: sem escola, crianças ficam mais reféns da violência. **Correio Braziliense**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/04/4918902-perigo-em-casa-sem-escola-criancas-ficam-mais-refens-da-violencia.html>. Acessado em: 20 de julho de 2021.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CrYD84R5ywKWBqwbRzLzd8C/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15 de julho de 2021.

LOPES, Kátia de Conto. TORMAN, Ronalisa. O abuso sexual e a inclusão momentânea: as consequências no processo de aprendizagem. **Rev. Psicopedagogia**, 2008; 25(77): 132-138.

MIRANDA, Dediane Alves Silva; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento. A relação entre professor e alunos vítimas de abuso: a inserção no contexto escolar. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 1, n. 2, p. 185-206, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7867/5417>. Acessado em: 13 de julho de 2021.

PIMENTA, Dulcymar de Mello Gonçalves. **Os reflexos da violência doméstica no desempenho escolar da criança e do adolescente**. MG, 2011. Disponível em: Acesso em: 25 de outubro de 2020.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, Brasil, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rpp/a/Ghh9Sq55dJsrg6tsJsHCfTG/?format=pdf&lang=pt>.
Acessado em: 16 de julho de 2021.

ACRÍTICA.COM. **No AM, chamadas por violência contra crianças e adolescentes aumentam 77,7%**. 2021. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/no-am-chamadas-por-violencia-contracriancas-e-adolescentes-aumentam-77-7>. Acessado em: 22 de julho de 2021.

ROQUE, Eliana M. sw S.T; FERRIANI, Maria das G. C. Desvendando a Violência Domestica Contra Crianças e Adolescentes SOB A Ótica dos Operadores do Direito na Comarca de Jardinópolis – SP. **Revista Latino- America de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n 3, 2002. (pp. 334-344).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A síndrome do pequeno poder**. In: AZEVEDO, Maria Amélia Guerra; AZEVEDO, Viviane Nogueira (orgs). Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder: 2. Ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SALLA, Fernanda. **Toda a atenção para a neurociência**. **Revista Nova Escola**, SP: Abril, a. 27, n° 253, p.48-55, 2012.

SANTA RITA, Ana Carolina Mathias et al. Violência infanto-juvenil intrafamiliar e doméstica: o impacto do distanciamento social e a importância da conscientização em meio à pandemia de COVID-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4689>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

SANTOS, Rosangela Araújo dos; SCHMIDT, Cristina; CUNHA, Maíra Darido da. O papel do professor no acolhimento escolar em casos de violência doméstica com os alunos. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 142-157, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13858/9312>. Acessado em: 13 de julho de 2021.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

SILVA, Simone Martins da; ROSA, Adriane Ribeiro. O impacto da COVID-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. **Revista Práxis**, 2, 189–206, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2446>. Acessado em: 14 de julho de 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2: A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31 – 42.

VILLAS BOAS, Ana Carolina Villares Barral. **Violência física contra a criança: fatores de risco e proteção e padrões de interação na família**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VILELA, Pedro Rafael. Violência contra crianças pode crescer 32% durante pandemia. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/violencia-contra-criancas-pode-crescer-32-durante-pandemia>. Acessado em: 20 de julho de 2021.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj et al. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de Psicologia**, Paraná, p. (227-237), 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/paaan/Downloads/download.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2021.